

A POLÍTICA NUCLEAR BRASILEIRA APÓS CHERNOBYL

Precauções evitam perigo

LICÍNIO MARCELO SEABRA

A catástrofe ocorrida na central nuclear de Chernobyl causou grande impacto e controvérsia na opinião pública dos países que fazem uso pacífico da energia nuclear. Isso foi associado ao fato de que a hipótese de um desastre com gravidade excepcional, até então de natureza teórica, foi confirmada pela realidade do acidente e suas implicações.

A fim de se colocar o acidente de Chernobyl no seu devido contexto convém inicialmente conscientizar que a energia nuclear, hoje, é uma realidade do mundo: 377 centrais em operação, em cerca de 30 países. A energia nuclear gera de 40 a 70% da energia elétrica em países como a Finlândia, Suíça, a Bélgica, a Suécia, a França.

A imensa preocupação após Chernobyl fez com que a Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea), órgão da ONU, convocasse uma conferência internacional para ouvir diretamente dos cientistas soviéticos o relato dos acontecimentos e analisar as suas implicações. O Brasil esteve representado inclusive na elaboração do relatório oficial da Aiea, através de um técnico sênior da Nuclebrás.

Concluiu a Aiea, após profunda análise, feita pela comunidade internacional na Conferência de Viena sobre Chernobyl, que a "energia nuclear no seu estado atual é uma fonte de energia aceitável e benéfica" (Relatório Oficial da Aiea sobre o Acidente de Chernobyl, nº 75-INSAG-1, de 1986, pg. 81).

Mas o que ocorreu em Chernobyl?

Uma combinação extraordinária de violações deliberadas de uma série de regras de segurança, com desligamento voluntário de vários sistemas de proteção e segurança, acabou levando o reator a operar em condições para as quais não foi projetado. Nestas condições, uma característica de projeto peculiar a este reator russo, levou-o a um aumento incontrolado e rapidíssimo de potência, fazendo explodir o vapor nele contido. A explosão destruiu o edifício do reator, sem barreiras, e expeliu para a atmosfera grandes quantidades de produtos radioativos, o que só foi totalmente interrompido após alguns dias. Houve, portanto, uma combinação de erros humanos graves e características específicas de projeto que levaram à catástrofe conhecida.

Tal acidente não pode ocorrer no tipo de reator predominante no Ocidente, inclusive no Brasil: o reator a água leve pressurizada.

Isto foi comprovado na prática no acidente de Three Mile Island (TMI), em 1979, em que erros humanos graves levaram à fusão parcial do núcleo do reator, com liberação de produtos radioativos, mas que ficaram praticamente todos contidos no interior do vaso de contenção do reator, com efeitos nulos sobre a população.

Assim, o que nos faz confiar nas usinas de Angra são as suas superiores características de segurança, quando comparadas com Chernobyl, sobretudo o vaso de contenção, não existente na usina russa.

O mundo todo se debruçou sobre estes fatos e concluiu que não havia razão para

interromper os seus programas nucleares: só em 1986, foram licenciadas para operação 23 novas centrais em nove países.

No Brasil, ainda em 1986, o Presidente da República estabeleceu uma Comissão composta de técnicos e cientistas do setor e representantes da sociedade, inclusive críticos do programa nuclear, para analisar o impacto de Chernobyl, que concluiu:

— Angra 1 poderá continuar a operar, desde que introduzidas melhorias no plano de evacuação de emergência da população vizinha, em caso de acidente grave.

— Angra 2 e 3 poderiam continuar a ser construídas, não havendo objeções do ponto de vista de segurança, já que a usina soviética e as nossas são de tipos radicalmente diferentes.

— Novas usinas não seriam decididas após um intervalo de três anos.

Deve-se considerar que, do ponto de vista do interesse nacional, o prejuízo causado pela interrupção da construção das usinas de Angra 2 e 3 seria imenso: perder-se-ia toda a tecnologia transferida a altos custos, como também uma fonte relevante de geração de energia elétrica com a qual conta a Eletrebrás para a primeira metade da década de 90: são 2.600 MW que teriam que ser supridos, por outras fontes, certamente a um custo superior ao necessário hoje para terminar Angra 2 e 3.

Licínio Marcelo Seabra é Presidente da Nuclebrás.